

NA "OPERAÇÃO PRODUÇÃO"

ESTÃO GARANTIDOS DIREITOS DO CIDADÃO

A interacção entre o aspecto jurídico e a preservação da Legalidade levam os juizes dos Tribunais Populares de bairros afectos em tempo inteiro aos Postos de Verificação à minúcia na aplicação da Lei, para a garantia do respeito dos direitos dos cidadãos interpelados pelas autoridades, na presente fase coerciva da «Operação Produção», constatou quinta-feira o nosso Jornal, no Posto de Verificação do Bairro do Fomento.

Os depoimentos de membros das estruturas políticas dos locais de residência desempenham um papel crucial no processo.

Reconhecida a sua posição decisiva no veredicto, o testemunho dos Secretários dos Grupos Dinamizadores e Células de bairros bem como os chefes de Quarteirões, é de extrema importância para a clarificação das declarações de cidadãos interpelados na via pública ou no local de domicílio.

Num contacto com o Juiz Presi-

dente do Tribunal Popular que funciona no Bairro Fomento, João Titosse, apurámos que os processos de denúncia são meticulosamente analisados.

Aquele juiz fundamentou as suas palavras no facto de todos os casos ocorridos e julgados terem contado com o testemunho de um dos membros das estruturas políticas dos locais de residência, bem como outras pessoas, caso elas sejam solicitadas pelo cidadão.

— Na apreciação de um caso por exemplo, de desemprego, devemos apurar se há outros factores que condicionam o cidadão a não trabalhar. É que um desempregado pode, mais tarde, transformar-se num marginal, num vadio, adiantou aquele responsável.

No julgamento do arguido, é preciso conhecer-se o tipo de vida que leva, o seu comportamento ante a sociedade em que está inserido. Assim, se não tiver sido confirmada uma situação delituosa, as instâncias

competentes tomam as medidas necessárias para o correcto enquadramento do cidadão na produção.

Pronunciando-se sobre o tema, Naftal Funzamo, Juiz-Presidente do Tribunal da Matola Unidade «B», acrescentou que para casos em que o cidadão interpelado declare ser trabalhador, mas não possa confirmar, de imediato, são contactadas a entidade de tutela e o chefe de Quarteirão para emitirem a sua opinião.

Outro aspecto que induz à conclusão de que há interacção entre a Justiça e a Preservação da Legalidade é a actuação do júri perante casos de mães solteiras ou divorciadas, desempregadas, auferindo regularmente uma pensão do pai da criança.

Intervindo sobre o assunto, a representante da OMM, Ana Naftal que também faz parte da brigada do Posto de Verificação, sublinhou que nestes casos é primordial a palavra do chefe do Quarteirão para se saber que vida leva a visada no seu local de residência.

Por sua vez, Pedro Biza, juiz destacou a assistência da magistratura do Ministério da Justiça, que tem diariamente acompanhado os julgamentos naquele bairro.

— É preciso realçarmos o aspecto político da «Operação Produção». As liberdades do cidadão estão garantidas temos por missão defender-lhes e asseguramos que a Lei é respeitada, disse Biza.

Na exortação contida na Directiva Ministerial a Direcção máxima do nosso País frisou que a «Operação Produção» é política, social e económica, não devendo, portanto, ser encarada como uma operação repressiva ou policial, nem contra marginais, embora eles nos venham parar às mãos — acrescentou um responsável da PPM igualmente presente no local.



Naftal Funzamo — Juiz Presidente do Tribunal Popular do Bairro da Matola, Unidade «B»



João Titosse — Juiz Presidente do Tribunal Popular do Bairro Fomento